

SEMANA FARROUPILHA E O 20 DE SETEMBRO NO RIO GRANDE DO SUL: DISCUTINDO PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E SIMBOLISMO

Ana Carolina Rios Gomes & Tiago José Berg

Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)
Av. 24-A, 1515 - CEP: 13506-900 - Rio Claro - SP - Brasil.
carol.rios@gmail.com; tiago_berg@yahoo.com.br

Recebido 05 de julho de 2013, aceito 25 de agosto de 2013

Resumo - Patrimônio, memória e simbolismo são conceitos fundamentais para a elaboração de referenciais identitários e compreensão de processos culturais. Neste sentido, o presente artigo procura estabelecer reflexões a partir da articulação destes conceitos, tomando como estudo de caso a identidade cultural gaúcha e os festejos de 20 de setembro. A escolha do objeto de estudo se justifica pela clareza dos processos históricos de construção da identidade no Rio Grande do Sul, pelas intensas ações de valorização da cultura por meio das tradições, bem como pela relevância dos aspectos simbólicos, altamente presentes no cotidiano do povo gaúcho.

Palavras-chave: patrimônio, memória, simbolismo, identidade, gaúcho.

Abstract - Heritage, memory and symbolism are key concepts for the development of identity references and understanding of cultural processes. In this sense, this article seeks to establish reflections from the articulation of these concepts, taking as a case of study the cultural identity of the gaucho people* and the festivities of the 20 of September. The choice of the object of study is justified by the clarity of the historical processes of identity construction in the state of Rio Grande do Sul (Brazil), by the intense valuing of culture through the traditions as well as the relevance of the symbolic aspects, highly presents in the daily of the gaucho people.

Key Words - heritage, memory, symbolism, identity, gaucho

INTRODUÇÃO

Patrimônio, memória e simbolismo são conceitos que cada vez mais vem ganhando espaço no debate acadêmico, especialmente na Geografia Cultural, devido às ações, espontâneas e institucionalizadas, de valorização da cultura local e regional diante de profundas transformações globais que pareciam apontar para uma tendência contrária¹.

No Brasil, a articulação desses conceitos pode ser percebida claramente ao estudarmos a identidade cultural gaúcha, visto que ela se constrói ao longo da história, é valorizada por meio de um movimento social que busca na memória, em seus referenciais culturais, fortalecer e divulgar essa identidade, além de transmitir suas tradições através das gerações por meio de práticas simbólicas, que são reconhecidas como patrimônio.

Neste sentido, Oliven (2006) afirma que o povo gaúcho é certamente aquele, em nosso país, em que os aspectos culturais simbólicos estão fortemente presentes no imaginário e no cotidiano dos indivíduos. O autor revela ainda que devido às suas características geográficas, à sua posição estratégica, à forma de seu povoamento, à sua economia e ao modo pelo qual se insere na história

¹ *O acesso ao conhecimento em relação aos modos de vida existentes por todo o mundo indica uma tendência à homogeneização cultural guiada pelos países mais desenvolvidos economicamente, isto é, aqueles que orientam os processos de globalização e cujos modos de vida são divulgados e/ou tomados como exemplos a serem seguidos. Em resposta, surgem movimentos sociais de afirmação, nos quais se busca articular, valorizar e difundir sua própria cultura. Neste sentido, a humanidade é uma: “[...] máquina de fabricar diferenças, clivagens, particularidades [...] Estas clivagens perpetuam culturas existentes transmitidas pela tradição, localizadas, socializadas, verbalizadas, identificadoras e que preenchem uma função de bússolas individuais e coletivas. Estas culturas vivem e se transformam. [...] Evidentemente, ele (o mercado global) globaliza os fluxos de objetos e de condutas. Mas, no mesmo movimento, ele abastece as sociedades de bens infinitamente diversificados, que servem para fabricar a diferença e a identidade.” (Warnier, 2000: 166).*

nacional, o Rio Grande do Sul é geralmente considerado como um estado que ocupa posição singular em relação ao Brasil. Isto porque ao observar a relação entre o universo nacional e o regional, nota-se, por parte da sociedade sul-riograndense, um distanciamento em relação ao nacional e um forte apego ao regional no qual se está integrado: a identidade regional sobrepõe-se à nacional.

Em outras palavras, a identificação com o estado do Rio Grande do Sul assume proporções maiores do que com a identificação com o Brasil-Nação, transmitindo esse sentimento através de gerações. Assim, “a construção dessas identidades passa pela elaboração de traços da cultura brasileira que são apropriados e usados como sinais diacríticos, sinais que conferem uma marca de distinção a diferentes grupos sociais.” (Oliven, 1995: 80).

A construção identitária do grupo social em questão deve ser analisada através de sua trajetória, numa perspectiva que contemple a história do Rio Grande do Sul, enfatizando o processo de ocupação e conquista do território numa área fronteiriça, marcada por significativos conflitos armados, além dos principais processos culturais que conferiram a miscigenação do povo e a construção de fronteiras étnicas.

Não se pretende, neste artigo, estabelecer a caracterização detalhada e promover profundo debate sobre cada um dos conflitos nos quais o Rio Grande do Sul se envolveu, mas considerar que a constância dos combates promoveu uma intensa exigência de politização da população e um forte sentimento identitário, de pertencimento, necessários a esses homens de fronteira.

Entretanto, é preciso destacar que o Estado foi palco da mais longa guerra civil brasileira², a Revolução Farroupilha, que se estendeu de 1835 a 1845, por tratar-se do acontecimento mais festejado do estado e sobre o qual mais se tem escrito, em termos regionais. Além disso, seus principais representantes

e acontecimentos mantêm-se vivos na memória do povo gaúcho, ainda que o término da revolução date de mais de cento e sessenta anos, servindo como fundamento para a construção e legitimação da identidade cultural. Para muitos sul-rio-grandenses, mais que uma guerra, ela significa a manutenção do tradicionalismo gaúcho e a autonomia do estado.

Há muitas divergências com relação à maneira com que fatos são relatados pela historiografia tradicional. Inúmeras críticas vêm sendo elaboradas com base no argumento de que o discurso dos historiadores do início do século XX é impregnado de idealizações relativas aos principais nomes da Revolução Farroupilha e à rebelião como um todo, considerando-os símbolos do “espírito guerreiro” do povo gaúcho e de suas tendências libertárias. No entanto, o discurso presente na historiografia oficial do estado parece ter a função de validar o sistema de dominação vigente e a hegemonia do grupo agropecuarista na sociedade civil (Pesavento, 1985).

Julga-se primordial para a reflexão a ser desenvolvida no presente trabalho considerar que as causas que levaram a Revolução Farroupilha a se consolidar como principal referência para construção e manutenção da identidade regional estão associadas à historiografia oficial do estado que a consideram uma verdadeira “epopéia”, tendo em vista os feitos dos “heróis farroupilhas” e a duração e extensão do conflito, que implicaram em perdas e sofrimentos para toda uma geração. Além disso, o término da guerra por meio de um acordo de “paz honrosa”, e não da derrota em campo de batalha, foi elemento que contribuiu enormemente para a mitificação e idealização desta revolução.

² Vale lembrar que a partir de 1831 inicia-se o período de maior convulsão social e política do Brasil, pois o isolamento e a desigualdade regional resultaram no aparecimento das revoltas provinciais por quase todo o território nacional, com maior destaque para os casos da Cabanagem no Pará (1835-1840), Praieira em Pernambuco (1848), Sabinada na Bahia (1837-1838), Balaiada no Maranhão (1838-1841) e a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Seguindo a mesma linha de pensamento, o antropólogo francês Joël Candau (1998) expõe que as memórias dolorosas deixam como herança traços de pertencimento que duram por muito tempo para os indivíduos que vivenciaram – ou são próximos de quem vivenciou – tal sofrimento. Assim, um grupo pode fundamentar sua identidade sobre um passado histórico real e prestigioso, mas geralmente a identidade se enraíza em uma memória de sofrimento compartilhado.

Outro ponto que merece atenção especial é a idéia de República, de “nação gaúcha”, como ao modo da comunidade imaginada que nos fala Anderson (2005), presente no discurso farroupilha e retomada no século XX a partir da adoção oficial dos símbolos da Revolução pelo estado do extremo sul do Brasil. Dessa forma, os princípios liberais e republicanos da revolução tornados símbolos, foram adotados como referência e são exaltados pelo poder estadual, pois à medida que eles são apresentados, a “nação” torna-se visível aos outros e aos próprios compatriotas (Elgenius, 2011), reforçando suas fronteiras de identidade (Cerulo, 1993)³. Bourdieu (2012) mostra que à medida que um Estado apropria-se da cultura e a transforma como “legítima”, garantindo-a e validando-a perante as outras, este se converte em um processo que a torna hegemônica em seu discurso oficial.

A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES – O MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG)

É preciso reconhecer, antes de tudo, que o discurso da historiografia e da cultura oficial necessita passar por um processo de imaginação mais profundo do que as

³ *Símbolos nacionais (e, por extensão os provinciais, regionais ou estaduais, assim como os municipais), portam-se como claras declarações de identidade. Em essência, eles servem como totens modernos (no sentido Durkheimiano) – são signos que trazem uma relação especial para as nações que representam, distinguindo-as umas das outras e reafirmando suas fronteiras de identidade (Cerulo, 1993).*

ações legitimadas pelo Estado. Esse discurso deve estar coeso com as práticas da cultura popular pelo fato de que tais rituais são e devem ser públicos, portanto, ele precisa, em primeiro lugar, penetrar profundamente no imaginário popular, para que seja aceito e reproduzido como tal ao longo do tempo, mesmo que seja o Estado que fomente tais tradições, tornadas oficiais. Hobsbawm & Ranger (1997) atentam para este fato, mostrando que muitas vezes certas “tradições” consideradas antigas podem ser, na realidade, muito recentes ou até mesmo inventadas, pois portam-se como:

[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm & Ranger, 1997: 9).

Os autores acreditam que a invenção de tradições seja uma prática que ocorre – ou que em algum momento já ocorreu – em todos os lugares, em todos os tempos; todavia essas práticas tornam-se mais frequentes à medida que as mudanças da sociedade, que hoje acontecem com extrema rapidez, debilitam ou destroem padrões sociais, tornando as velhas tradições por vezes incompatíveis pelo fato de não se mostrarem flexíveis. Uma das formas que Hobsbawm & Ranger (1997) julgam mais interessante para se inventar tradições novas é a utilização de elementos antigos, pois, segundo eles, sempre é possível encontrar no passado das sociedades um amplo repertório de práticas e símbolos que servirão como matéria-prima para a invenção de tradições, que tornam o passado histórico profundo e homogêneo.

O tradicionalismo organizado⁴ tem início em um contexto de valorização das culturas local e regional, em resposta a processos como a globalização, que se tornaram evidentes a partir da entrada maciça de culturas externas impulsionadas pela economia estadunidense no pós-guerra. Em meados da década de 1940 foi fundado o Departamento de Tradições Gaúchas junto ao Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, em Porto Alegre-RS, liderado pelo então estudante e já tradicionalista João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes. Enquanto as ações do Departamento de Tradições Gaúchas se desenrolavam, outro estudante do “Julinho”, Luiz Carlos Barbosa Lessa, imbuído pelos mesmos anseios do grupo liderado por Paixão Côrtes, saía em busca de assinaturas com o desejo de formar um “clube tradicionalista”. Assim, o movimento tradicionalista promove suas primeiras ações em 1947⁵, visando preservar tradições e combater fatores de desintegração social. Daquele momento em diante, para que esses empreendimentos de interesses afins ganhassem força, houve aproximação entre os grupos, que passaram a se reunir semanalmente, formando o embrião do tradicionalismo gaúcho organizado, isto é, criando o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG)⁶.

⁴ O tradicionalismo atual não foi, de início, influenciado pelas iniciativas pioneiras (Sociedade Partenon Literário, 1868; Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, 1898; União Gaúcha, 1899), pois os idealizadores do movimento as desconheciam (Camargo, 2006). Dessa forma, reforça-se a idéia da existência de uma aspiração da sociedade gaúcha, construída através da história, pela busca de sua identidade, por meio do culto às tradições.

⁵ No ano de 1947, durante as comemorações relativas à Semana da Pátria, se programou a transladação dos restos mortais do general David Canabarro, considerado um dos homens mais importantes da Revolução Farroupilha, de Santana do Livramento até a capital do Estado, onde seriam entregues aos cuidados do Panteão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Foi nesse contexto que Paixão Côrtes propôs à Liga de Defesa Nacional, organizadora do evento, que “se fizesse uma guarda de honra, à pata de cavalo, por gaúchos que lembrassem os tempos em que os nossos estancieiros e suas peonadas enfrentaram durante dez anos todo um império” (Camargo, 2006: 162).

Depois de seis meses de reuniões semanais, em 24 de abril de 1948 foi fundado o “35 CTG”, cujo nome foi escolhido em alusão à Revolução Farroupilha. Em suas diretrizes fica explicitada a finalidade de zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, divulgando sua história, lendas, canções, costumes; defender a elevação moral e cultural do estado; e suscitar a criação de núcleos regionalistas. A escolha da estrutura e da nomenclatura de identificação dos setores do “35” se pautou em denominações oriundas da área campeira do estado, dos latifúndios pecuaristas, justamente onde os grupos tradicionalistas buscam resgatar sua identidade. Essa escolha foi muito bem aceita pelas pessoas que, posteriormente, uniram-se ao movimento, perpetuando até os dias atuais em todos os CTG’s do Brasil e do mundo⁷.

Os precursores do movimento tradicionalista organizado não dispunham de conhecimento suficiente no que diz respeito às práticas tradicionais que desejavam valorizar, isto porque os dados e as informações eram escassos e pareciam ter se perdido ao longo do tempo. Diante desse impasse fez-se necessário então, em certa medida, “inventar tradições”. Segundo Lessa (apud Savaris, 2008a), não se pode inventar ciência – como a História, a Antropologia e o Folclore – mas o tradicionalismo constitui-se em prática, em convivência, portanto, é permitido que seus adeptos encontrem formas de suprir as lacunas existentes.

Dessa forma, os CTG’s visavam recompor os “grupos locais” que, por seu turno, são responsáveis por manter as características e os valores no “núcleo

⁶ *CTG’s são entidades civis, sem fins lucrativos, que buscam preservar e divulgar as tradições gaúchas de acordo com os princípios do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). São espaços locais de memória onde são vivenciadas e perpetuadas essas tradições.*

⁷ *Segundo dados da Confederação Brasileira de Tradição Gaúcha, existem 2.691 CTG’s no Brasil e 7 no exterior, além daqueles que não estão oficialmente afiliados ao Movimento.*

cultural”, garantindo a identidade de uma sociedade (Savaris, 2008a). Nesse sentido, com o objetivo de organizar, centralizar e fomentar as iniciativas voltadas à manutenção e divulgação das tradições gaúchas de forma institucionalizada, é que surgiu oficialmente o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)⁸ em 1966, inclusive com a criação de seu próprio estatuto. Assim, a revalorização da cultura gaúcha por meio do MTG e da disseminação dos CTG’s constitui-se em “mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas que movimentam grande número de pessoas e recursos e que, pelo visto está em expansão” (Oliveira, 2006: 152). Além disso:

No final dos anos 70 tornou-se lugar-comum afirmar que as tradições gaúchas estavam morrendo. A profecia não se concretizou e toda a década de 80 foi na verdade fortemente marcada pelo renascimento do gauchismo. Este é o responsável pela existência de aproximadamente mil centros de tradições gaúchas, mais de quarenta festivais de música nativista, e de vários rodeios. O crescente interesse pelas coisas gaúchas também ajuda a explicar o consumo de produtos culturais voltados a temáticas do Rio Grande do Sul: programas de televisão e rádio (há inclusive uma emissora FM na região metropolitana de Porto Alegre que toca exclusivamente música nativista, definindo-se como “uma rádio de bombachas”),

⁸ O Movimento Tradicionalista Gaúcho é: “[...] um organismo social, perfeitamente definido e estatuído, de natureza cívica, ideológica doutrinária, com características próprias e singulares que o colocam em plano especialíssimo no panorama da vida sul-rio-grandense, brasileira e americana. Cumprindo ciclos sociais, culturais, literários e artísticos de natureza nativista, procurando influir em todas as formas de manifestação da vida e do pensamento sul-rio-grandenses, o Tradicionalismo gira em uma órbita que tem como centro os problemas rurais da nossa terra, o homem brasileiro em geral e o sul-rio-grandense em particular; sua maior expressão, e onde estão fixadas as suas raízes mais profundas” (Fagundes, 2013: 13).

colunas jornalísticas, revistas e jornais especializados, editoras, livros, livrarias e feiras de livros regionais, publicidade que faz referência direta ao valores gaúchos, bailões, conjuntos musicais, cantores e discos, restaurantes típicos com shows de música e danças gaúchas, lojas de roupas gauchescas, etc. (Oliven, 1995: 77).

SEMANA FARROUPILHA – ESPAÇO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS

As festas populares são rituais nos quais determinados aspectos dos modos de vida, da história e da realidade atual de um grupo social são enaltecidos. Essas festas configuram-se como “momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores que são considerados altamente positivos” (Da Matta, 1997: 52). Além disso, como parte das narrativas históricas, as datas (nacionais) são normalmente reconhecidas como eventos oficiais que celebram os mitos fundadores ou honram os eventos de um passado muitas vezes distante, decretando noções institucionalizadas de semelhança e de unidade que tornam visíveis seus símbolos e culturas oficiais. Suas rotas cerimoniais constituem-se em vias de reivindicações históricas à grandeza, glória, perda e sacrifício que são integradas no presente (Elgenius, 2011), por vezes se apropriando dos espaços do urbano e os transformando em pontos de referência das manifestações culturais.

A Semana Farroupilha é considerada pelos próprios gaúchos como a maior festa popular sul-rio-grandense e foi criada⁹ com o objetivo de divulgar os símbolos do Rio Grande do Sul, estimular as pessoas a entoarem o hino, promover ações que incentivem a busca pelo conhecimento da história do Estado, a fim de fortalecer os traços identitários. É assim, conforme acrescenta Leach (1978: 53) que “as ‘dimensões’ verbais, musicais, coreográficas e visual-estéticas parecem, todas elas, formar componentes da mensagem total. Quando

fazemos parte desse ritual, captamos todas essas mensagens ao mesmo tempo e as condensamos numa única experiência, assim nós ‘dizemos coisas a nós mesmos’”.

Durante o período de sua realização – de 14 ao dia 20 de setembro –, há festejos por todo o estado e em diversos lugares da capital, mas é na área central de Porto Alegre-RS, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (o Parque Harmonia), que as comemorações são mais evidentes: centenas de grupos montam acampamento no local¹⁰, com seus galpões de costaneira (figura 1), e lá procuram (re)viver as tradições campeiras do povo gaúcho (figura 2) – preparo de churrasco, carreteiro, roda de chimarrão, músicas, bailes e danças tradicionais, competições campeiras, leitura de contos, dentre tantas outras¹¹. Além disso, o acampamento é aberto à livre circulação de pessoas e conta com numerosas atrações culturais, atraindo um público ainda maior e mais diverso.

Os festejos da Semana Farroupilha culminam em dois grandes desfiles: um temático, outro tradicional. O desfile temático é noturno e acontece, geralmente,

⁹ Trata-se de uma festividade regulada pela Lei Estadual n.º 8.715, de 1988, que deu nova redação à Lei n.º 4.850, de 1964, e foi regulamentada pelo Decreto n.º 33.224, de 1989, tornando oficial este evento que envolve milhares de participantes e celebra as tradições gaúchas com um tema específico a cada ano. Por exemplo, em 2012 o tema escolhido foi “Nossas riquezas” e no ano de 2013 será “O Rio Grande do Sul no imaginário social”.

¹⁰ Para que seja possível montar acampamento no Parque Harmonia, durante a Semana, é preciso se credenciar junto ao MTG e ao Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF) e, para isso, há regras como a de se estabelecer um Projeto Cultural para a Comissão dos Festejos Farroupilhas – encerrados os festejos farroupilhas, há a premiação dos melhores projetos. A intenção, com isso, é promover a ampla divulgação das tradições, envolvendo a população como um todo. Assim, são convidados a participar do evento diversos grupos escolares e as mais variadas associações (grupos de terceira idade, de teatro, de bancários etc.).

¹¹ Segundo dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e da Comissão Organizadora dos Eventos Farroupilhas, cerca de 1 milhão de pessoas – entre acampados, turistas, imprensa e outros participantes – passaram pelo Acampamento durante os festejos de setembro de 2012. Havia 370 entidades acampadas.



Figura 1 - Piquete “Laços de Sangue”, montado com ripas de madeira, em contraste com o concreto da cidade - prédio ao fundo da imagem / Acampamento Farroupilha em Porto Alegre-RS - Setembro de 2009. (Autora: Carol Rios)



Figura 2 - Galpão da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore no Parque Harmonia/ Acampamento Farroupilha em Porto Alegre-RS - Setembro de 2009. (Autora: Carol Rios)

no dia 19 de setembro. Neste desfile um enredo é desenvolvido de acordo com o tema anual da festa e a história é contada por meio de carros temáticos (alegóricos) e alas, além de encenações. Já o desfile tradicional conta com a participação de grupos de cavaleiros que vêm de todo o estado para celebrar o 20 de setembro – o dia do gaúcho¹². Ambos acontecem na Avenida Beira Rio, às margens do lago Guaíba – cartão postal da capital gaúcha (figura 3).

Muitos participantes do acampamento farroupilha afirmam estar ali pelo “orgulho de ser gaúcho”, pelo “amor às tradições do Rio Grande do Sul”, para “transmitir os valores pra gurizada”¹³. Essas falas podem soar como reprodução de um discurso pré-fabricado, orientando pelo tradicionalismo institucionalizado; entretanto, a autenticidade que ganha quando dito por essas pessoas, neste contexto, revela a força e a consolidação da identidade gaúcha no imaginário coletivo, transcendendo ao Movimento.

A força expressiva do tradicionalismo também se encontra no papel desempenhado pelos símbolos oficiais, sobretudo, porque eles atuam no processo de participação e filiação nas relações sociais, onde o sujeito está inserido em uma comunidade e constrói os referenciais de sua identidade. Essa identidade (nacional ou regional) precisa ser apoiada e reafirmada a intervalos singulares, cujo rito desempenha um papel crucial, pois, há poucas diferenças entre as cerimônias religiosas e as civis em seu “objeto”. Os símbolos são empregados, em geral, como elementos-chave em rituais comuns que reúnem os membros

¹² A lei n.º 9.405, de 25 de outubro de 1991 institui o 20 de setembro como o “Dia do Gaúcho”. Nota-se que esta Lei substituiu sua anterior, de n.º 8.019, com data de 29 de julho de 1985, que instituiu o “Dia do Gaúcho” em 20 de abril, data consagrada a instalação da primeira Assembléia Provincial Constituinte, em 1835.

¹³ Para informações mais detalhadas sobre o trabalho de campo, consultar: GOMES, A. C. R. (2010). *Patrimônio cultural imaterial: o tradicionalismo sul-rio-grandense e a multiterritorialização da identidade gaúcha*. 133 p. *Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Rio Claro*.



Figura 3 - Desfile cívico de 20 de Setembro - Cavaleiros conduzindo as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na Avenida Beira Rio / Porto Alegre-RS. (Autora: Carol Rios)

da nação a intervalos regulares, como forma de reviver seus “ideais”, além da capacidade de reunir pessoas de níveis sociais e contextos culturais diferentes (Guibernau, 1997).

OS SÍMBOLOS DO RIO GRANDE DO SUL – PROJETANDO A IDENTIDADE GAÚCHA

Considerados como materializações da identidade, os símbolos representam idéias e valores, fortalecendo os sentimentos relacionados à noção de pertencimento a determinado grupo e/ou território. A iconografia, oferecendo às comunidades políticas os símbolos e mitos unificadores que servem de fator de resistência à mudança ou de base de estabilidade, favorece a ancoragem espacial e temporal, uma identidade territorial e a difusão da mensagem identitária dentro e fora do território (Bossé, 2004).

Atualmente, os símbolos oficiais do Rio Grande do Sul definidos por legislação específica são: a Bandeira, o Brasão de Armas, o Hino, a Erva-mate, a ave Quero-quero, a flor Brinco-de-princesa, o Cavalo Crioulo, a planta Macela, o Chimarrão e o Churrasco. Dentre as unidades da federação brasileira, o exemplo sul-rio-grandense é singular¹⁴, pois apresenta uma série de elementos culturais e regionais, biológicos e patrimoniais apropriados pelo Estado e tornados símbolos oficiais através da lei.

Durante todo o Brasil-Império (1822-1889) o uso dos símbolos regionais não foi estimulado, principalmente devido ao caráter centralizador do regime imperial, sobretudo pelo fato de que “ao tornar-se independente, o país teria [ainda] que ‘costurar’ a sua própria unidade, resolver suas contradições internas, que eram sociais, econômicas, políticas, mas também geopolíticas” (Costa, 2001: 33). O estímulo aos símbolos regionais só viria com o advento da República (1889) e a implantação da Constituição de 1891 (fortemente inspirada na constituição norte-americana), quando as províncias foram transformadas em Estados federados e poderiam ter bandeira, hino e armas próprias sem deixar de omitir os símbolos nacionais (Andrade, 1999).

Foi justamente no contexto separatista da “Revolução Farroupilha” que surgiu a bandeira e o brasão de armas sul-rio-grandenses, se assemelhando a muitas das outras bandeiras tricolores “nacionais” da região do Prata que influenciavam, com suas idéias e elementos republicanos (bem como da maçonaria francesa) a esfera de pensamento dos líderes políticos gaúchos na época. Essa característica

¹⁴ Algo similar é praticado apenas pela cultura cívica dos estados norte-americanos, que, diferentemente da maioria dos estados brasileiros, possui uma infinidade de símbolos estaduais oficializados, cuja difusão é ampla entre os habitantes, como um guia de curiosidades que vai além da bandeira, brasão (selo) e canção estadual (hino), englobando o animal, planta, mineral, fósil, solo, dança, prato típico, cores, esporte e, em alguns casos, até a rocha, teatro, banda e locomotiva oficial.

de alguns símbolos de “caráter nacional” presentes nos Estados brasileiros¹⁵ pode ser observada de forma expressiva no Rio Grande do Sul, pois o padrão de sua estrutura técnica original (como o arranjo das cores da bandeira e o estilo do brasão de armas de 1836) foi preservado e mantido nos dias atuais em quase todos os aspectos.

A primeira bandeira criada pelas tropas farroupilhas era quadrada, tricolor e com a faixa disposta em barra sem o brasão de armas ao centro (figura 4). Sua autoria é atribuída a Bernardo Pires, enquanto para outros historiadores, ela foi idealizada por José Mariano de Mattos, tendo apenas o desenho ficado a cargo de Pires (Savaris, 2008b). Os motivos sobre a escolha das cores daquele estandarte são desconhecidos, mas derivariam provavelmente da bandeira brasileira (verde e amarelo) e a faixa vermelha que lhe atravessava na diagonal e significava a “Revolução” que ocorreu entre a chamada “República Rio-Grandense” ante o Império do Brasil. Segundo relatos históricos, sua origem ocorreu nove meses após um fato acontecido em 6 de fevereiro de 1836:

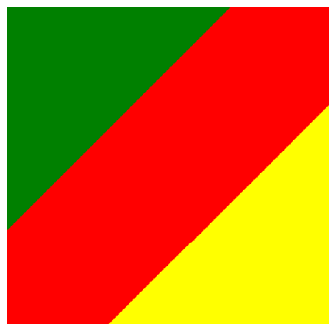


Figura 4 - Primeira bandeira (1836)

¹⁵ Para mais informações, ver: BERG, T. J. (2009). *Território, cultura e regionalismo: aspectos geográficos em símbolos estaduais brasileiros*. 254 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Rio Claro.

[...] da vila notou-se, pela primeira vez, que os esquadrões rebeldes portavam dois estandartes imperiais, com outros vermelhos. Em Itapuã, no forte recém construído, desdobravam-se estas duplas insígnias, cujas cores, em novembro, se casariam em um só pavilhão, conforme publicaram os jornais da época. Surgia em plena guerra, a heróica bandeira farroupilha, que o Estado conserva ainda hoje como o seu símbolo supremo (Fagundes, 1984: 115).

A cor encarnada converteu-se como símbolo da luta, do sangue derramado e dos ideais revolucionários, enquanto o verde e amarelo eram, respectivamente, as cores da esperança e da firmeza, das matas e da riqueza do solo e, mais tarde, da lealdade e da fidelidade à pátria comum, pois representavam também os pampas gaúchos, sendo que este último significado se consolidou depois de cessados os ardores revolucionários. O novo sentido dado às cores da bandeira sul-rio-grandense mostra que o processo de ajuste do símbolo se fez com a mudança de sua função, apesar de preservar suas características estruturais – antes um símbolo nacional, de separação e rompimento, para agora se tornar um símbolo de identidade regional, como parte integrante e ao mesmo tempo singular do Brasil.

Após a proclamação da República, a constituição estadual do Rio Grande do Sul (1891) apenas estabeleceu que as cores da bandeira fossem aquelas derivadas da bandeira farroupilha de 1836, na qual por vezes era inserido artesanalmente o brasão de armas (Savaris, 2008b) durante os primeiros anos de seu uso. Ao ser adotada oficialmente (lei n.º 5.213, de 5 de janeiro de 1966), a atual bandeira estadual procurou conservar as cores da bandeira farroupilha, agora sob formato retangular com uma elipse vertical branca ao centro, na qual se insere o atual brasão de armas do Rio Grande do Sul (figura 5).



Figura 5 - Bandeira do Rio Grande do Sul

No contexto das revoltas separatistas no Brasil, o atual brasão de armas do Rio Grande do Sul (do mesmo modo que a bandeira) foi criado durante a proclamação da República Rio-Grandense (1836), recebendo a influência maçônica em sua constituição simbólica, principalmente da maçonaria francesa, de inspiração republicana, da qual boa parte dos membros do Partido Liberal Rio-Grandense eram adeptos (Savaris, 2008b).

O modelo usado hoje como símbolo estadual (figura 6) deriva dos brasões de Mariano de Mattos e Bernardo Pires (figura 7), bem como dos modelos existentes nas alegorias do padre Chagas e padre Hidelbrando (figura 8), todos eles membros da maçonaria e da qual se apoiavam em tais alegorias para expressar seus ideais e valores.

O atual brasão sul-rio-grandense compõe-se de um escudo oval em um fundo branco (prata), cujo formato lembra a ideia do ovo, da nova vida, portanto, da constante e imensurável perpetuação dos valores republicanos da qual acreditavam os farroupilhas (o escudo oval é também muito usado pelas autoridades eclesiásticas). A cor branca (prata) é símbolo de pureza, harmonia e paz, bem como está associada à modernidade e à inovação. Sobre o centro do escudo, há um quadrilátero branco (prata) com um sabre dourado em posição

vertical, sustentando na ponta um barrete frígio vermelho (peça de vestuário usada pelos revolucionários franceses, simbolizando a liberdade dos ideais republicanos) entre dois ramos floridos, um de fumo, à direita do brasão (destra) e outro de erva-mate, à sua esquerda (sinistra), que se cruzam sobre o punho do sabre. O quadrilátero está inscrito num losango verde, com duas estrelas douradas colocadas nos ângulos superior e inferior. Os ramos de fumo e erva-mate representam a fertilidade da terra num primeiro momento, mas também a importância econômica que assumiram na agricultura¹⁶.



Fig.6 - Brasão do Rio Grande do Sul



Fig.7 - Brasão de Bernardo Pires (1836)



Figura 8 - Painel do padre Hidelbrando, mostrando o brasão rio-grandense

O losango forma dois triângulos retângulos e dois triângulos isósceles e as estrelas de ouro simbolizam a vida e sua evolução. Os triângulos isósceles apontam para duas colunas jônicas douradas (como indicativo de sabedoria), que foram pilares de sustentação utilizados ao longo da história para expressar os sentimentos religiosos, comemorativos, artísticos e arquitetônicos; elas estão preservadas no brasão vigente e figuram em todos os brasões históricos sul-riograndenses, sendo símbolos maçônicos por excelência, pois estão ligadas ao “venerável mestre” (Savaris, 2008b). Figuram sobre as colunas duas balas de canhão antigo¹⁷.

No quesito geográfico, o brasão de armas vigente apresenta um campo verde com três suaves ondulações que servem de base para as duas colunas e o losango central. Elas representam três coxilhas, lembrando um dos relevos mais característicos do Rio Grande do Sul; entretanto, é apenas uma herança do brasão de Mariano de Mattos, pois o escudo de Bernardo Pires apresentava as colunas sobre rochedos, ficando o triângulo equilátero inferior do losango central do brasão postado entre esses e suspenso. Nos painéis alegóricos dos padres Chagas e Hidelbrando, as colunas e o losango têm por base um campo verde plano, onde aparecem um cavalo, um boi e um carneiro, como alusão à economia pecuária do Rio Grande do Sul. Esse discurso mostra que a ideia do rochedo enquanto abismo, de relevo abrupto e de separação, foi substituído pela ideia do relevo de coxilhas, que é mais suave e “calmo”, sendo ao mesmo

¹⁶ Há de se observar que já foram estes ramos, de café e fumo no painel do padre Chagas; ramos de mate e trigo nas armas de Bernardo Pires e supostamente acácia e fumo no brasão de Mariano de Mattos. O losango pode ser interpretado como a união de dois triângulos e este alude à comunicação entre o superior e o inferior, ou o céu e a terra, o Deus e o homem (Savaris, 2008b).

¹⁷ Conforme a descrição na legislação de 1966. Embora sejam peças de artilharia, há certa discordância sobre o seu uso pelos idealizadores daqueles brasões históricos, sendo provavelmente um erro de interpretação desta figura, que se apresentaria, na verdade, em forma da esfera celeste ou globo terrestre (Savaris, 2008b).

tempo um símbolo sintético para representar a economia pecuária e atuar como elemento de unidade e identidade no discurso regional.

O símbolo compõe-se, ainda, dos ornamentos exteriores ao escudo, com quatro bandeiras tricolores, como aquelas que arvoraram durante a proclamada República Rio-Grandense, nas cores verde, vermelha e amarela, entrecruzadas, duas a duas. As duas bandeiras dos extremos estão decoradas com uma faixa vermelha com bordas de ouro, atadas junto à ponta das lanças (em formato de flor-de-lis), simbolizando os ideais republicanos. Há, por detrás do escudo oval, uma lança de cavalaria vermelha e quatro fuzis armados de baionetas douradas (ambos representados apenas pelas pontas). A lança representa a cavalaria, enquanto os fuzis homenageiam a infantaria farroupilha. Há também, dois tubos de canhão de cor negra que estão cruzados e semi-encobertos pelas bandeiras, outra representação da artilharia das forças farroupilhas. Completa o brasão de armas uma fita onde se lê a divisa: “Liberdade, Igualdade, Humanidade”¹⁸. O escudo oval no brasão apresenta uma bordadura azul, cujo texto está atribuído ao escudo de Bernardo Pires, em que se lê, com letras douradas: “República Rio-Grandense” e “20 de Setembro de 1835”, entre duas estrelas de mesma cor¹⁹. O brasão foi adotado pela mesma lei que oficializou a bandeira²⁰.

¹⁸ Embora o lema estivesse ligado aos ideais da revolução francesa, com a legenda histórica “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, ele não foi diretamente copiado da mesma, que se consolidou depois, com a Segunda República Francesa (1848), mas pela influência filosófica dos ideais da maçonaria, sendo que o uso da palavra “Humanidade” tornou-se para os líderes farroupilhas um conceito mais amplo e que engloba a palavra “Fraternidade” (Savaris, 2008b).

¹⁹ A primeira refere-se à experiência republicana impetrada pelos farroupilhas em 12 de setembro de 1836, pelo coronel Antônio de Souza Neto, após a vitória das tropas farroupilhas no “Combate de Seival”, no Campo dos Menezes, enquanto a referida data marca o início do movimento revolucionário que embalou o ideal republicano com a “Batalha da Ponte da Azenha” e a tomada da capital Porto Alegre.

²⁰ Tanto na primeira constituição sul-rio-grandense (1891), quanto na segunda (1892), o brasão de armas não figurou no texto oficial, que só considerava como símbolo o pavilhão tricolor farroupilha.

Essa descrição técnica revela, ainda, que as práticas culturais associadas aos símbolos do estado do Rio Grande do Sul sempre estiveram presentes no imaginário popular, com o orgulho de drapejar a bandeira tricolor e ostentar o brasão de armas, mesmo antes da oficialização e padronização dos símbolos (na forma da lei). Assim, por seu caráter popular, a preservação dos mesmos se faz pelas práticas rituais que são perceptíveis na memória coletiva do povo gaúcho e, especialmente, na Semana Farroupilha e no 20 de setembro, o que torna sua eficácia um elemento singular no processo de construção e manutenção da identidade regional, sobretudo quando seu espaço de prática se faz por meio dos desfiles cívicos (figura 9).



Figura 9 - À esquerda, interior do Galpão central do MTG, no Acampamento Farroupilha, apresentando elementos da cultura gaúcha: brasão de armas, fogo de chão, pelegos, etc.; à direita, bandeira da Semana Farroupilha conduzida por mulher trajada como cavaleira no desfile cívico de 20 de Setembro. Porto Alegre-RS, 2009. (Autora: Carol Rios)

CONCLUSÕES

A memória, considerada como a evocação do passado no presente, apresenta fronteiras bastante fluidas entre a realidade e a fantasia. Segundo Montes (2007), ela é, em essência, uma construção social que reflete e é reflexo da própria vida social. Dessa forma, temos que a conjuntura vivida por grupos sociais ou indivíduos produz memórias como meios de promover a noção de pertencimento e atuar no fortalecimento de identidades.

Candau (1998 apud Figueiredo, 2006) considera a memória como mecanismo capaz de definir sujeitos sociais. Além disso, de acordo com o pesquisador, a identidade é uma construção – sempre em processo – fundada na relação dialógica com “o outro”, a partir de um jogo de memória feito de lembranças e esquecimentos. Assim, a Semana Farroupilha e o desfile de 20 de setembro, com o uso e reprodução de suas características identitárias através da manifestação popular (a festa), com seus rituais e práticas dentro do espaço urbano, constituem-se palco destas práticas rememorativas. A memória, aqui, é mais uma reconstrução continuamente atualizada do passado do que sua reconstituição fiel.

O tradicionalismo gaúcho organizado surgiu justamente com o propósito de retomar, ressignificar e perpetuar as tradições – inventadas ou não – diante das crescentes transformações que continuam a ocorrer vertiginosamente no mundo, por meio dos processos de globalização. Sendo assim, o MTG acredita que o apoio do poder público, por meio de iniciativas que legitimam seus referenciais culturais, seu patrimônio, contribui para o fortalecimento e para a consolidação da identidade gaúcha. Para muitas pessoas o MTG e suas práticas são motivos de veneração, para outros tantos é visto de forma receosa²¹. Indivíduos e/ou grupos contrários ao tradicionalismo organizado o definem como a principal

representação do conservadorismo, machismo e autoritarismo – heranças da oligarquia latifundiária e militarista do Rio Grande do Sul; entretanto, é curioso notar que mesmo os portadores desse discurso anti-tradicionalista compartilham os símbolos identitários difundidos pelo Movimento²².

Em termos de expressões culturais, deve-se considerar autêntico tudo o que for real e tiver significado para o grupo social que o cria, mantém ou transforma. Nesse sentido, o MTG, com todo o simbolismo que traz consigo, tem alta significância para seus participantes e para outros indivíduos que gradualmente se integram ao movimento. Sua expansão deve-se às estreitas relações entre memória e identidade, que possibilitam o reconhecimento do lugar do indivíduo no mundo e na história, a partir de referenciais como ritos, mitos históricos, representações, etc. Em resumo, a memória contribui para os processos de construção de identidade e as práticas que a nutrem reforçam a identidade construída, fortalecendo também os sentidos de pertencimento e, com ela, a noção de patrimônio.

Dentro desta perspectiva, ressalta-se o papel dos símbolos, que projetam mensagens que podem ser desvendadas através da análise de suas estruturas gráficas (faixas, símbolos e padrão de cores), pois tais referências são selecionadas

²¹ Durante o trabalho de campo, quando ocorreu a Semana Farroupilha no ano de 2009, foram numerosas as falas em que os informantes discursavam sobre as “barbaridades” da organização do movimento, da “cintura de gesso” dos líderes tradicionalistas, do proselitismo dos mesmos e do excesso de normas rígidas do Movimento. Para alguns deles, a figura do gaúcho defendida pelo MTG, envolta por símbolos como o chimarrão, a indumentária, a bandeira, o hino, entre outros, “são tudo coisa pra turista ver” (César, 19 anos, 2009).

²² Muitos desses informantes estavam, no momento da entrevista, tomando chimarrão, enquanto outros, ainda, tinham a bandeira do Rio Grande do Sul como boton na roupa, chaveiro ou no carro, colada como adesivo. Quando questionados sobre o hino, todos sabiam a letra completa. Dentre os entrevistados, não houve exceção.

e reordenadas, criando-se um “mosaico” capaz de promover um imaginário territorial²³ através da eleição dos mais variados aspectos históricos e geográficos. O papel da geografia, mesmo que informal ou espontânea, está presente nesse discurso e seu caráter visual e comunicativo revela uma perspectiva de amplo interesse na análise deste tema junto à geografia histórica e cultural.

Esses elementos de exaltação mostram que a apropriação dos símbolos e dos espaços é de suma importância dentro das formas rituais que envolvem a identidade do povo gaúcho, reproduzindo suas práticas culturais que são orientadas pelo MTG e que são respaldadas pelo Estado (através das leis, datas e discursos oficiais), assumindo o papel de reforçar a noção de pertencimento, orgulho, coesão e identidade, onde o público recodifica e refaz essas leituras com novas práticas culturais.²⁴ Assim, nota-se que o papel dos símbolos, do espaço e das práticas culturais está presente de maneira efetiva no cotidiano da sociedade sul-rio-grandense, cuja Semana Farroupilha e seu desfile (cívico) de 20 de Setembro configuram-se como a expressão ritual máxima da identidade gaúcha, perpetuando seus ideais.

²³ “[...] tornando puramente ‘objetivo’ o que é permeado de subjetividade, transformando a complexidade da construção simbólica no simplismo de uma ‘construção natural’ [...] Seu poder, assim, é muitas vezes mais forte e eficaz do que o poder ‘objetivo’, mais concreto, porque o poder simbólico é mais sutil em suas formas de manifestação e, portanto, mais dificilmente reconhecido. Uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico da identidade são os referenciais concretos aos quais ela faz referência para ser construída.” (Haesbaert, 1999: 177-178).

²⁴ A publicidade, por exemplo, se apropria de elementos identitários e simbólicos para divulgar seus produtos e/ou o tradicionalismo se utiliza da publicidade para divulgar seus ideais, num processo ambivalente. Assim, as cores da bandeira, a letra do hino, o vocabulário regional, os hábitos alimentares e outros elementos da identidade cultural tornam-se mote para as campanhas publicitárias.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. (2005) Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 288 p.
- ANDRADE, M. C. (1999) As Raízes do Separatismo no Brasil. São Paulo: UNESP, 200 p.
- BOSSÉ, M. L. (2004). As Questões de Identidade em Geografia Cultural: algumas concepções contemporâneas. In CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (org.). Paisagens, Textos e Identidade. EdUERJ, Rio de Janeiro: p. 157-179.
- BOURDIEU, P. (2012) As duas faces do Estado. *Le Monde Diplomatique Brasil*, v. 5, n. 52, p. 16-17.
- CAMARGO, O. N. (2006) Falando em Tradição e Folclore. 2. ed. Passo Fundo: Méritos, 258 p.
- CANAU, J. (1998) Mémoire et Identité. Paris: PUF, 225 p.
- COSTA, W. M. (2001) O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 83 p.
- CERULO, K. A. (1993) Symbols and the world system: national anthems and flags. *Sociological Forum*, v. 8, n. 2, p. 243-271.
- DA MATTA, R. (1997) Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 350 p.
- ELGENIUS, G. (2011) Symbols of Nations and Nationalism: celebrating nationhood. Oxford: Palgrave Macmillan, 256 p.
- FAGUNDES, A. A. (2013). Tradicionalismo. Caderno de História, n. 22. In: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/tradicionalismo.pdf>
- FAGUNDES, M. C. (1984) História da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: UCS, 432 p.

- FIGUEIREDO, J. B. (2006). A tradução da tradição: gaúchos, guaxos e sombras – o regionalismo revisitado de Luiz Carlos Barbosa Lessa e de Ricardo Güiraldes. 200 p. Tese (Doutorado em Letras) – UFRGS, Porto Alegre.
- GUIBERNAU, M. (1997) Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 188 p.
- HAESBAERT, R. (1999). Identidades Territoriais. In CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (org.) Manifestações da Cultura no Espaço. UERJ, Rio de Janeiro: p. 169-190.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (1997) A Invenção das Tradições. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 400 p.
- LEACH, E. (1978) Cultura e Comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 119 p.
- MONTES, M. L. (2007). Memória e Patrimônio Imaterial. In MIRANDA, D. S. (org.) Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana. Edições SESC, São Paulo: p. 127-135.
- OLIVEN, R. G. (1995). O Renascimento do Gauchismo. In GONZAGA, S.; FISCHER, L. A. (coord.) Nós, os Gaúchos. 3. ed. UFRGS, Porto Alegre: p. 77-80.
- OLIVEN, R. G. (2006) A Parte e o Todo: diversidade cultural no Brasil-Nação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 228 p.
- PESAVENTO, S. J. (1985) A Revolução Farroupilha. São Paulo: Brasiliense, 74 p.
- RIBEIRO, C. (1933) Brazões e bandeiras do Brasil. São Paulo: São Paulo Editora, 387 p.
- SAVARIS, M. C. (2008a) Rio Grande do Sul: história e identidade. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 224 p.
- SAVARIS, M. C. (org.) (2008b) Nossos Símbolos, Nosso Orgulho! Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 181 p.
- WARNIER, J. (2000) A Mundialização da Cultura. 2. ed. Bauru: EDUSC, 184 p.